



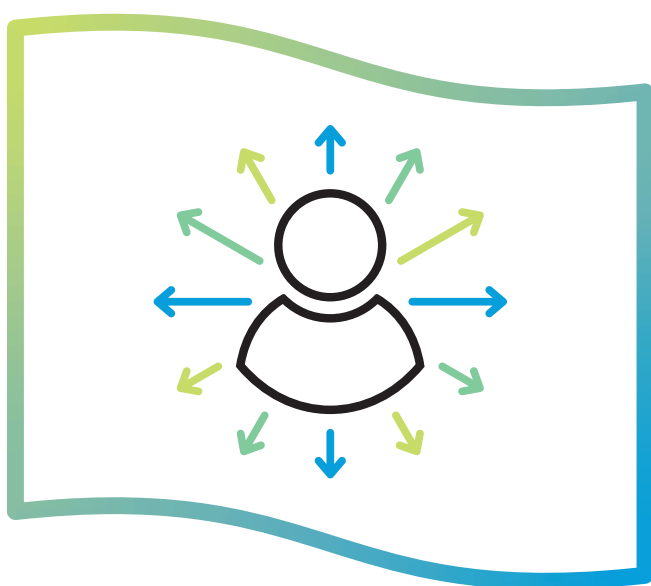
EUROPEIAS '19

PROGRAMA POLÍTICO



***Francisco
Guerreiro***

CABEÇA DE LISTA



EUROPEIAS '19

**A EUROPA
COMEÇA
EM TI**

ÍNDICE

MANIFESTO | 4

PROGRAMA

- Democracia, Direitos Humanos, Transparência, Liberdade e Cidadania | **7 – 10**
- Acesso à Informação, à Ciência e às Tecnologias | **11 – 13**
- As migrações, os seus cidadãos/ãs e os países de origem | **14 – 16**
- Igualdade de Género e Direitos das Pessoas LGBTI | **17 – 19**
- Políticas para a Juventude | **20 – 22**
- Economia Ética, Comércio Justo e Finanças Responsáveis | **23 – 27**
- Alterações Climáticas, Mobilidade e Transição Energética | **28 – 32**
- Ambiente e Preservação da Biodiversidade | **33 – 35**
- O Mar e a Proteção da Biodiversidade Marinha | **36 – 37**
- Bem-Estar e Proteção Animal | **38 – 42**
- Europa e as Regiões Ultraperiféricas | **43 – 45**
- Política Externa Europeia | **46 – 48**
- Segurança Comum e Defesa do Espaço Europeu | **49 – 50**

MANIFESTO

O Projeto Europeu encontra-se numa encruzilhada. No campo político deparamo-nos com a erosão dos partidos tradicionais, não só dentro dos Estados-Membros, como também das suas famílias europeias. Esta é uma repercussão evidente dos sucessivos problemas de governação e escândalos ligados à má gestão financeira dos recursos públicos, nomeadamente através das crises da dívida soberanas e das massivas fugas fiscais evidenciadas pelos Panama Papers. Em paralelo, e um pouco por toda a Europa, surgem movimentos eurocéticos, nacionalistas e extremistas, que colocam em perigo o Projeto Europeu. Numa altura em que a União Europeia (UE) e os seus estados deveriam trabalhar para reafirmar o bloco europeu como um modelo social e económico progressista e de vanguarda na defesa do bem comum, tal como no combate aos reais problemas da sociedade, assistimos ao ressurgir destas falsas soluções políticas e ideológicas. A memória da última Grande Guerra cujos impactos devastadores estiveram na origem desta necessidade de cooperação entre os povos e da construção do Projeto Europeu – está cada vez mais fraca e, ao contrário da posição do PAN, são muitos aqueles que colocam em causa a estabilidade deste projeto propondo aquilo que nunca deu resultado: o fim da cooperação entre os povos na Europa.

No campo económico, assistimos à tecnocratização e à burocratização da Zona Euro, que dificilmente consegue regular eficazmente o mercado interno e que assenta os seus tratados internacionais na subjugação dos Direitos Humanos e do Ambiente, priorizando os interesses corporativos de multinacionais e o extrativismo em detrimento do comércio justo, equitativo e regulado por elevados critérios sociais e ambientais.



Socialmente, a Comissão Europeia tem-se afastado do trabalho em conjunto com cidadãos e cidadãs, cedendo constantemente à guerrilha entre blocos políticos. O distanciamento cívico é também evidente pelo constante crescimento da abstenção nas Eleições Europeias e pelo desastre que tem sido todo o processo do Brexit. Esta crise de representatividade manifesta-se em paralelo quando o lobby de muitos interesses corporativos se sobrepõe ao interesse dos europeus e quando o debate em torno das migrações é usado como arma populista para dividir nações e comunidades.

No que concerne às Alterações Climáticas, são necessárias políticas que permitam a transformação do sistema energético e dos atuais padrões de produção e consumo de bens e serviços. A UE e os Estados-Membros, apesar dos compromissos feitos na Conferência de Paris e das propostas legislativas que têm vindo a ser implementadas, com o "The New Governance Regulation" e o "Winter Package", têm ainda um longo caminho a percorrer, para implementar políticas que possibilitem a transição energética de forma inclusiva, transparente e participativa. As políticas adotadas e implementadas pela UE têm atualmente um impacto substancialmente mais destrutivo que regenerador. A expansão da indústria petrolífera, o investimento de bancos na manutenção do mesmo paradigma produtivista, intensivo e massificado, a expansão da poluição atmosférica, terrestre e marinha, tal como a redução ou mesmo extinção de espécies vegetais e animais são alguns dos exemplos de como caminhamos para a sexta extinção em massa.

Mas será que numa Era de conhecimento e de informação – na qual a ciência já aponta várias opções para garantirmos uma rápida e exequível transição socioecológica, sociotécnica, cultural e económica para um desenvolvimento 100% limpo e responsável – o que falta é mesmo vontade para implementar políticas que permitam esta transição? Cremos que sim. Cremos que tecnicamente é possível providenciar

uma vida melhor e acima dos standards atuais para todos os seres que habitam a Europa e que formam politicamente a União Europeia. E essa vontade existe, sim. No PAN, trabalhamos para sermos parte integrante e ativa desta transição, de modo a implementarmos e construirmos soluções realistas e audazes, colaborativas e de longo prazo.

É tempo de garantirmos um debate real em torno dos problemas estruturais que assombram a nossa sociedade e a nossa Europa e que estão intrinsecamente ligados a uma economia baseada na dívida, no crescimento ilimitado, na destruição dos ecossistemas, na falta de soluções para uma melhor redistribuição da riqueza, para combater estruturalmente a pobreza, a gestão responsável dos fluxos migratórios e a proteção de todos os animais.

Nunca foi tão relevante votar nas Eleições Europeias. Apelamos a todas e todos os europeus para que exerçam o seu direito de voto e construam connosco a sociedade em que desejam viver e prosperar. Juntos construiremos uma Europa com mais Direitos Humanos, baseada num novo modelo económico e social mais justo, equitativo, e ecológico, e com mais direitos para os Animais. Juntos conseguiremos entrar no Parlamento Europeu e fazer História uma vez mais. Vamos a isso!



PROGRAMA

Democracia, Direitos Humanos, Transparência, Liberdade e Cidadania

Somos Europeus e acreditamos no Projeto Europeu. Une-nos a grandeza de termos bases comuns na aspiração de construir um modelo social e económico responsável, de trabalharmos pela garantia dos Direitos Humanos, de querermos ser Estados geridos pela lei e pela justiça, com valores assentes na liberdade e na cidadania ativa. Porém, e devido aos erros – não só estruturais, mas sintomáticos – de um modelo político-partidário baseado em ideologias de séculos passados, atualmente temos elevadíssimas taxas de abstenção e um maior afastamento na participação cívica e política. A cidadania, a liberdade, a transparência nas decisões e os Direitos Humanos que fundaram esta União estão hoje em risco. Mas as e os cidadãos querem mais democracia e estão recetivos e recetivas a repensar o modo como se envolvem e atuam na sociedade. O apelo a uma política que se baseia num novo paradigma é cada vez maior, pelo que o movimento de partidos como o PAN, com uma visão mais alargada, não restritos aos modelos dicotómicos da Esquerda e da Direita, está em franco e rápido crescimento na Europa e no mundo.

Cabe-nos dar cumprimento a esse desejo, reforçar a democracia participativa e criar novas ferramentas para a governança conjunta. Tendo em consideração que acreditamos no projeto político Europeu, tal como nos seus princípios, mas também reconhecendo que existe muito para melhorar, propomos:

- Determinar a capacidade de o Parlamento Europeu propor legislação, algo que atualmente não é possível;
- Alterar os tratados para que seja possível os trabalhos decorrerem em

Bruxelas, utilizando Estrasburgo para serviços de apoio aos trabalhos da Comissão, Parlamento e Conselho Europeu, evitando assim deslocções disfuncionais e dispendiosas de pessoas, bens e serviços;

- Garantir a existência de um “período de quarentena” para os eurodeputados aquando da saída de funções do Parlamento Europeu, mais concretamente garantir que não seja possível fazer lobbying para uma organização que esteja no Registo de Transparência da UE enquanto estiver a receber o subsídio transitório;
- Criar um registo obrigatório de lobby, visto que atualmente é meramente voluntário, para todos os que estejam envolvidos nas instituições europeias, melhorando assim a pegada legislativa;
- Melhorar a regulamentação do lobby nas instituições Europeias e nos Estados-Membros;
- Criar um órgão independente de supervisão ética que monitorize os conflitos de interesse;
- Reforçar as políticas europeias de proteção de denunciante, garantindo em paralelo mecanismos de denúncia idóneos internos e externos;
- Cumprir e estabelecer a figura do denunciante em todos os Estados-Membros em detrimento do conceito de delator;
- Melhorar o regulamento das Iniciativas de Cidadãos Europeus para que, entre outros, sejam necessárias menos assinaturas para as formalizar;
- Garantir uma melhor pegada legislativa em todos os Estados-Membros através do reforço da transparência, da simplificação de procedimentos e do acesso a dados de interesse público;



- Reforçar e reafirmar a importância da Neutralidade na Internet (net neutrality) no Espaço Europeu;
- Rejeitar a censura prévia em plataformas virtuais, com filtros a conteúdos criativos;
- Consagrar o direito à água e ao saneamento como bem público e universal, garantindo o seu acesso tal como o seu eficiente e responsável uso em serviços, indústrias ou setores produtivos;
- Trabalhar com a comunidade médica e científica para travar a violência obstétrica dentro da UE;
- Promover e implementar a humanização dos partos no seio dos Estados-Membros;
- Fomentar a harmonização das licenças de maternidade nos países europeus traçando o mínimo de 12 meses totalmente suportados pelos sistemas nacionais de segurança social;
- Promover medidas económicas e sociais para promover uma melhor conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;
- Assegurar e apoiar os Estados-Membros no cumprimento da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul) em todas as suas normas;
- Combater o tráfico de seres humanos no Espaço Europeu, aumentando o número de equipas multidisciplinares de assistência às vítimas, criando novos Centros de Acolhimento e Proteção, garantindo mais formação aos profissionais das diferentes áreas e melhores campanhas europeias de sensibilização para este flagelo, de forma a que mais facilmen-

te se identifiquem indicadores de tráfico e pessoas traficadas tal como apoiando ainda as Organizações Não Governamentais (ONGs) que fazem esta intervenção;

- Reforçar a legislação na área da saúde ocupacional, relacionada com o trabalho, nomeadamente de modo a diminuir os riscos psicossociais na saúde física e mental dos europeus;
- Combater a gentrificação e o isolamento de pessoas idosas com o aprofundamento de políticas públicas de habitação eficazes, tendo em consideração os dados científicos promovidos e alicerçados por entidades Europeias, nomeadamente o Eurostat;
- Criar uma rede Europeia de Cuidadores Informais que garanta a aplicação nos Estados-Membros das melhores práticas para estes cidadãos e seus dependentes, como a aplicação de políticas públicas (fiscais, direitos sociais, de habitação, de saúde, de direitos sociais, entre outros) de longo prazo que garantam o bem-estar e a estabilidade destas pessoas, famílias e comunidades;
- Reforçar o apoio a pessoas sem-abrigo, fomentando o programa housing first em paralelo com projetos especializados e transdisciplinares de reconstrução plena e condigna da vida destes cidadãos e cidadãs;
- Aprofundar estratégias e sinergias para reforçar os Estados Sociais, a melhor distribuição da riqueza, a diminuição do desperdício alimentar e o acesso a bens essenciais de consumo, de modo a diminuir o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza na Europa;
- Garantir a colaboração dos Estados-Membros para a plena acessibilidade dos cidadãos com deficiência ou mobilidade condicionada aos transportes públicos, à informação, à cultura, à educação e à saúde.



Acesso à Informação, à Ciência e às Tecnologias

O acesso à informação, à ciência e às tecnologias colocam grandes desafios sob os quais é necessário agir. É imperativo garantir a tendência universal de acesso à informação, à privacidade dos cidadãos e à proteção de dados pessoais. É também necessário promover uma nova cultura dos Media e um investimento na educação para os Media. A UE tem vindo a implementar um conjunto de medidas que visam mitigar estes problemas. No entanto, há ainda um grande caminho a percorrer e uma necessidade urgente de fazer face à manipulação de opiniões e campanhas de desinformação, com impactos graves na vida política e social.

No campo científico, a Europa não deve perder o comboio do seu investimento no conhecimento, na formação, na sinergia entre academias, no reforço dos apoios à investigação e na garantia da prossecução de políticas públicas com base na evidência e no método científico.

Paralelamente, as tecnologias de informação representam também um enorme leque de oportunidades para a partilha de conhecimento e para a cocriação e desenvolvimento da ciência e novas tecnologias com vista a um sistema socioeconómico e socioecológico mais sustentável. Em particular, destaca-se a oportunidade de garantir o acesso livre a dados científicos. Assim, o PAN propõe:

- Financiar projetos e/ou websites que, guiados pelos códigos deontológicos e pela ciência, desconstruam informações falsas;
- Incentivar a ciência aberta nas universidades dos Estados-Membros, com base em apoios financeiros e acordos com publicações científicas;

- Estimular uma cultura de cocriação e ciência aberta nas universidades, através da integração de conteúdos curriculares sobre gestão de dados num contexto de ciência aberta;
- Promover um novo sistema de avaliação de currículos no meio académico que valorize a partilha de dados e a publicação em open access;
- Aprofundar a viabilidade de implementação de sistemas de software livre a nível administrativo nacional e municipal;
- Reforçar que o código público (Public Code), pertença social dos cidadãos e das cidadãs, seja abertamente promovido e partilhado como forma de desenvolvimento social, tecnológico e económico entre Estados-Membros e países terceiros;
- Combater a endogamia académica em todos os Estados-Membros de modo a promover uma sociedade mais livre, independente e científica;
- Reforçar a alocação de fundos europeus para projetos nacionais de preservação do Património Natural e Cultural que não envolvam práticas violentas e que evidenciem a riqueza multicultural das diferentes regiões da Europa;
- Continuar o debate e aprofundar as conclusões sobre o futuro e o impacto da implementação de inteligências artificiais, nomeadamente através do Grupo de Peritos de Alto Nível da UE;
- Promover e apoiar a investigação, criação, transição e crescimento sustentado de comunidades transnacionais e transculturais resilientes e menos dependentes, por isso, das conjunturas económicas mundiais, orientadas para o desenvolvimento de paradigmas vivenciais mais éticos, solidários, de cooperação fraterna e sustentáveis que contribuam para a existência de seres humanos mais plenos, realizados, conscientes e felizes;



- Desenvolver na cultura europeia e nas instituições escolares um maior conhecimento da pluralidade e diversidade das línguas e culturas de todo o mundo, bem como da Língua Gestual, ao serviço de uma consciência multicultural e universalista, que fomente a inclusão e impeça a regressão ao obscurantismo nacionalista, etnocêntrico, xenófobo e racista.

As migrações, os seus cidadãos/ãs e os países de origem

As migrações têm sido um apanágio para os extremismos, sendo usadas para justificar políticas económicas e sociais estruturalmente mais disfuncionais que o mero acolhimento e gestão de fluxos migratórios. É de notar que muitos dos problemas que geram estes fluxos são espoletados pela UE através das suas políticas comerciais, fiscais e económicas, que competem desigualmente com nações em vias de desenvolvimento. A própria Política Agrícola Comum, a Política Comum de Pescas e os acordos transnacionais assim o demonstram. Existe um hiper protecionismo do mercado interno, externalizando consideravelmente os custos sociais, económicos e ambientais para estes países. Este ciclo de desigualdades gera disfunções nas economias e finanças locais, sobrecarregando e esgotando os Ecossistemas, condicionando a vida de inúmeras famílias e empresas. Presas nesta teia comercial, económica e fiscal, verifica-se uma natural procura de melhores condições de vida e posterior vinda para países europeus.

Agudizando estas disfunções, verificamos também que os conflitos regionais e mesmo as guerras civis em determinados países geram, naturalmente, mais migrações. São milhares de pessoas que se veem privadas da sua liberdade, da sua segurança, da sua dignidade, tal como de bens essenciais e de uma perspectiva de futuro.

Importa também reforçar o papel cada vez mais crescente das pessoas que migram por influência climática, ou seja, pelos impactos negativos de alterações no clima local ou regional. Estes serão cada vez mais extremos e frequentes. Neste campo, e considerando os dados disponíveis e previsíveis, Portugal será um dos países mais afetados no continente europeu, o que nos deve responsabilizar ainda mais



quando discutimos e acolhemos refugiados e migrantes. Para trabalharmos positivamente na resolução destas problemáticas apresentamos o seguinte conjunto de medidas:

- Reforçar o diálogo entre Estados-Membros e a Comissão Europeia com os restantes países e blocos políticos, de modo a encontrar uma plataforma comum de entendimento baseada em fatos e dados científicos para gerir as migrações;
- Consolidar iniciativas conjuntas, nomeadamente da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, para reduzir o tráfico de seres humanos e garantir a confiança dos europeus no sistema de gestão de migrações;
- Rejeitar visões nacionalistas, xenófobas, racistas, sexistas, homofóbicas e transfóbicas na gestão de migrações;
- Cumprir os acordos europeus e internacionais para efetivar uma estratégia de longo prazo, nomeadamente através da adoção e implementação de mecanismos de realojamento e a alocando mais funcionários em centros de apoio;
- Melhorar a estabilidade e as oportunidades nas regiões de origem, fomentando um comércio mais justo e relações bi ou multilaterais mais equitativas;
- Garantir passagens seguras e melhorar os processos de asilo, com particular enfoque nas necessidades especiais de proteção das crianças;
- Partilhar responsabilidades em e por toda a UE garantindo que os Estados-Membros que não consigam receber refugiados possam contribuir financeiramente e de um modo mais ativo para o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI);

- Aplicar uma perspetiva de investimento social à integração de refugiados, migrantes e imigrantes com objetivos e prioridades claras;
- Assegurar o acesso a empregos condignos e formação contínua cultural e linguística como garante de plena integração;
- Garantir o apoio a quem regresse aos seus países de origem;
- Apoiar abordagens de “baixo para cima” garantindo a envolvimento e cooperação de indivíduos, cidades, municípios, organizações, empresas e grupos de interesse, de modo a reforçar a pertença e integração social destes cidadãos;
- Aumentar o diálogo intercultural e o respeito de modo a evitar o isolamento, a guetificação e a radicalização de comunidades e/ou grupos;
- Garantir a não polarização do debate político e social em torno das migrações, usando factos e dados científicos de modo a assegurar a dissipação de preconceitos, mitos e ideias falsas;
- Desenvolver uma nova abordagem ao fenómeno da migração massiva, que se pautar pelo humanitarismo, pelo zelo pelos Direitos Humanos, pela dignidade da pessoa humana, pelo respeito, tolerância e acolhimento do Outro e da diversidade, uma abordagem mais ampla, mais profunda, mais eficiente e sustentável com articulação entre a dimensão governamental, inter-governamental e a sociedade civil;
- Trabalhar em cooperação com os meios de comunicação social para, de forma aberta e transparente, se partilhar o caminho traçado e as políticas públicas implementadas.



Igualdade de Género e Direitos das Pessoas LGBTI

Apesar de a UE ser uma das principais impulsionadoras da Igualdade de Género e dos Direitos Humanos das pessoas Lésbicas, Gay, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI), a proliferação de movimentos extremistas a nível nacional e internacional tem colocado em perigo os avanços no combate à discriminação com base no género, orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais.

Acresce a esta realidade o fato de as políticas nacionais em matéria de Direitos Humanos serem bastante díspares dentro dos países da UE, seja pela inexistência de legislação anti-discriminação, seja pela ausência ou fraca proteção legal em matéria de igualdade no trabalho, acesso a bens e serviços, parentalidade, combate ao discurso e/ou crimes de ódio, garantia da autodeterminação de género e/ou proteção das características sexuais. O mesmo se verifica no que toca a políticas promotoras da Igualdade de Género e favoráveis ao fim da discriminação contra as mulheres.

Assim, importa que no seio da UE sejam tomadas medidas que efetivem o fim da violência contra as mulheres e o fim da discriminação com base no género, na orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais, e que promovam a plena igualdade de direitos nos vários países que a compõem. O PAN propõe aos Estados-Membros:

- Avaliar de forma sistematizada e continuada o estado da Igualdade de Direitos dentro dos vários países que compõem a UE;
- Trabalhar ativamente para que seja definida e adotada uma legislação abrangente contra todos os tipos de discriminação (lei anti-discrimina-

ção) e para que sejam criados programas de financiamento que permitam tornar a igualdade uma realidade na UE;

- Assegurar que a Igualdade de Género e os Direitos Humanos das pessoas LGBTI fora da UE continuam a ser uma prioridade em termos de política externa;
- Desenvolver esforços no sentido de garantir que os casais constituídos por pessoas do mesmo sexo e suas famílias beneficiam de direitos plenos de livre circulação e de residência;
- Definir uma posição claramente favorável ao estabelecimento de legislação que garanta a autodeterminação das pessoas trans no reconhecimento legal das suas identidades, trabalhando ativamente para o reconhecimento e a proteção das características sexuais das pessoas intersexo e garantindo todos os seus direitos, incluindo de livre circulação e residência;
- Combater os obstáculos ao exercício efetivo da igualdade e do direito ao trabalho, à saúde, à justiça e à educação pelas mulheres e pessoas LGBTI, garantindo o acesso a ensino de qualidade e a melhores cuidados de saúde, nomeadamente através de programas de financiamento que garantam a formação e sensibilização de profissionais que trabalhem nestas áreas;
- Reforçar o apoio a jovens LGBTI em risco e incentivar, junto com os Estados-Membros, as autarquias e ONGs, a criação de casas abrigo para estas e estes jovens;
- Incentivar medidas de licença parental obrigatória para ambos os progenitores e garantir pagamento igual para trabalho igual, combatendo as disparidades salariais entre géneros;



- Reforçar os direitos das famílias na maternidade;
- Acabar com as desigualdades salariais entre géneros na Europa;
- Mobilizar as instituições da UE na mitigação eficaz da violência, do assédio, bullying, discurso e crimes de ódio, protegendo as vítimas e garantindo a formação adequada às forças de segurança e autoridades competentes.

Políticas para a Juventude

A estratégia europeia do PAN para a juventude centra-se, acima de tudo, na aproximação dos jovens europeus à vida política e cívica, através do fomento da participação dos jovens por meio de tecnologias de informação, da internet e de ferramentas digitais.

É essencial preencher o hiato existente entre os jovens e a política. Esse distanciamento, gerado pelas falhas políticas e pelas políticas tradicionais, origina sentimentos de descontentamento e de revolta face aos poderes políticos com os quais os jovens não se conseguem identificar. A alienação dos jovens face às esferas política e pública é uma fonte de frustração e de ressentimento que gera sentimentos de descrença, o que por sua vez alimenta o abstencionismo, que retroativamente potencia os sentimentos de não identificação com quem governa. Esta alienação reside também numa questão mais essencial e básica: a existência de um sistema educativo que não promove o espírito crítico, a comunicação igualitária nem o debate de perspetivas e argumentos, mas se centra ainda essencialmente numa relação unidirecional e hierárquica dos saberes. Isto não estimula a reflexão, a participação nem a adoção de atitudes proativas de co-responsabilização no desenvolvimento das sociedades.

É neste contexto que os radicalismos e que a intolerância nas suas mais variadas formas encontram terreno fértil para tirar vantagem deste afastamento, para contaminar os espíritos dos descontentes, dos que querem mudanças mas encontram nos poderes políticos nada mais do que entraves e políticas feitas à medida de interesses que procurem alcançar os seus próprios desígnios nas costas das populações. É crucial garantir que a Juventude, que integra os futuros líderes do mundo, não vira as costas à Democracia, nem que a Democracia vira



as costas à Juventude. Assim propomos o seguinte conjunto de medidas:

- Criar uma “Rede Europeia de Alojamento Estudantil”, quebrando estrangimentos à mobilidade interna de estudantes que resultem de dificuldades financeiras limitadoras da prossecução de estudos no estrangeiro;
- Promover a integração de jovens em centros de investigação científica e académica;
- Reforçar a articulação e a proximidade entre as escolas, as universidades e os contextos profissionais, garantindo um maior ajuste entre os planos formativos, as necessidades de investigação e desenvolvimento e as reais perspetivas e necessidades dos mercados de trabalho;
- Garantir mais e melhores oportunidades de financiamento de projetos de investigação nas áreas científicas e tecnológicas que recorram a metodologias éticas e ambientalmente sustentáveis;
- Fortalecer o apoio a jovens famílias (licenças de maternidade e paternidade, creches financiadas pelo Estado ou empresas, ou até mesmo criação de creches nas universidades e empresas), combater o abandono escolar e promover a aprendizagem ao longo da vida e no Ensino Universitário;
- Reduzir os custos de mobilidade para jovens dentro da UE;
- Alargar os benefícios dos jovens até pessoas de 35 anos incluindo assim o conceito de adulez emergente;
- Implementar programas de combate ao preconceito e à intolerância, bem como de combate aos radicalismos ideológicos e reforço dos princípios democráticos;

- Promover iniciativas de “Acolhimento e Aceitação do Outro”;
- Criar programas de integração de jovens refugiados no sistema educacional, no ensino superior e nas sociedades das quais pretendem fazer parte, sempre numa ótica de valorização das suas identidades, crenças e culturas, e nunca procurando subjugar àquilo que os países de destino consideram ser a “norma”;
- Implementar Programas de Educação para a Natureza e para os Direitos dos Animais nas escolas;
- Reforçar valores ecológicos e de respeito pelo Outro nas camadas mais jovens da sociedade;
- Promover e enraizar os princípios democráticos nas camadas mais jovens, com o apoio e incentivos à criação de organizações jovens, de movimentos civis ou de cariz político;
- Reforçar programas de descontos no acesso a serviços, mobilidade e cultura, até aos 35 anos.



Economia Ética, Comércio Justo e Finanças Responsáveis

A crise económica, financeira e social de 2007 e 2008 mostrou o quão frágil o nosso sistema político é perante a influência do atual modelo económico baseado no crescimento ilimitado, na dívida perpétua, na especulação financeira e imobiliária, em mercados desregulados, na iniquidade na distribuição de riqueza, na obsolescência estrutural e planeada de bens de consumo, tal como na fragilidade dos mecanismos nacionais e internacionais para combater a corrupção, os desvios de fundos, o tráfico de influências e os paraísos fiscais.

Estas falhas sistémicas têm gerado mais desigualdades sociais e económicas, menos investimento público, mais dívida e instabilidade na Zona Euro, aprofundando assimetrias regionais e entre Estados-Membros. Esta tem sido uma combinação que favorece o renascimento de movimentos nacionalistas, protecionistas e isolacionistas que colocam em causa os pilares da cooperação europeia. Existe atualmente um desafio enorme na definição de um rumo económico e social para toda a zona Euro.

Um outro desafio apresenta-se do lado da Ecologia, sendo que a UE tem-se apresentado como o ator económico mundial que mais tem procurado alternativas realmente sustentáveis. Urge manter e incrementar este caminho, no sentido de garantir uma reconversão realista para um modelo económico baseado em energias 100% renováveis e limpas, permitindo inclusivamente a criação de novas oportunidades de negócio e de emprego.

O PAN acredita que apenas um modelo assente em liberdades económicas reais é capaz de garantir um sistema eficaz, que encoraje a cooperação económica e naturalmente empregos de longa duração. Um

Mercado Europeu único revela-se como essencial neste quadro, beneficiando as pessoas, bem como as pequenas e médias empresas. Defendemos a existência de uma estrutura regulatória eficaz, estável e previsível que garanta o normal funcionamento do mercado, garantindo a competitividade e o respeito pela Natureza. O PAN encara como uma estruturante oportunidade para a UE o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, devendo esta ser considerada como a prioridade. Em particular, propomos o seguinte conjunto de medidas:

- Incentivar a cooperação e sinergias económicas, tal como uma competição justa dentro da UE;
- Reduzir a burocratização, melhorando por outro lado a regulamentação dos mercados;
- Fomentar a existência um mercado único de energia, mas apostando na descentralização da produção, distribuição e consumo;
- Promover a livre iniciativa e melhorar a economia na sua globalidade, apostar em acordos internacionais regulados com parceiros fora da UE, garantindo intransigentemente o cumprimento de todos os parâmetros ambientais, de proteção laboral e de respeito pelos Direitos Humanos;
- Fomentar a economia digital no sentido de simplificar a vida dos cidadãos e cidadãs e criar novas oportunidades de negócio;
- Apoiar a transição para um desenvolvimento ecologicamente sustentável, baseado numa economia cada vez mais descarbonizada e com um elevado foco nas energias renováveis. Este modelo criará novos empregos e permitirá uma maior independência energética;
- Garantir uma melhor uniformização das diretivas para que se construa um sistema europeu de banca ética, de finanças solidárias e de microcrédito que sirva de base para projetos estruturalmente inovadores



com elevado impacto social e reduzida pegada carbónica;

- Tornar a UE uma economia sustentável e responsável de primeira classe, através da conclusão da reforma do sector financeiro, lançada de forma a canalizar investimentos para a economia verde, em particular por meio da adoção de legislação que obrigue as empresas e instituições financeiras a divulgar aos clientes o risco de alterações climáticas;
- Melhorar as diretivas referentes aos direitos dos consumidores para que haja um efetivo direito à reparação de bens de consumo, como por exemplo em eletrodomésticos ou equipamentos eletrónicos;
- Apostar numa estratégia bio-económica para uma Europa sustentável e responsável, assente numa economia circular;
- Defender orçamentos comunitários direcionados para a inovação e para a educação;
- Fomentar orçamentos nacionais rigorosos e uma disciplina fiscal, sendo estas as bases de uma união monetária solidária e responsável;
- Reforçar e garantir maior controlo de esquemas que tenham elevados riscos de segurança, corrupção, branqueamento de capitais, evasão e elisão fiscal;
- Definir mecanismos para solucionar problemas ao nível de bancos insolventes com vista a não penalizar os contribuintes;
- Desenvolver medidas de incentivo à fixação de população jovem, principalmente em países com problemas demográficos, como é o caso de Portugal;
- Garantir que os crescentes processos de automatização sejam contri-

buintes líquidos devido ao aumento da sua produtividade, para os sistemas sociais, nomeadamente através de uma taxa social de reconversão laboral;

- Melhorar o sistema de rotulagem de alimentos para fomentar a informação dos cidadãos das suas escolhas, nomeadamente com a uniformização da etiquetagem de produtos Vegetarianos e Veganos;
- Rejeitar a discriminação na rotulagem e na nomenclatura de produtos vegetarianos e veganos com os restantes, recusando assim a pressão do lobby da carne e dos laticínios e o condicionamento informativo dos consumidores europeus;
- Restringir a importação de carnes exóticas por motivos de saúde pública, nomeadamente pela elevada possibilidade de contaminação de doenças por vetores e promover mais e melhor fiscalização;
- Garantir que as negociações de qualquer Acordo de Comércio e/ou Investimento sejam sujeitas ao máximo de transparência e que contem com a participação das associações da sociedade civil;
- Determinar que os acordos entre a UE e outros parceiros, como o CETA, o TTIP, o TiSA e o JEFTA, que envolvam a harmonização regulatória necessitem de ratificação por parte dos Parlamentos nacionais dos diferentes Estados-Membros;
- Recusar tratados de comércio que incluam quaisquer mecanismos de resolução de litígios que ignorem os sistemas de justiça nacionais. Isto inclui o Sistema de Resolução de Litígios Investidor-Estado (conhecido pela sigla ISDS), mas também outros sistemas similares, tais como o Sistema Judicial de Investimento (conhecido com ICS);
- Apoiar na Organização das Nações Unidas a criação de um Acordo Vinculativo sobre Empresas Transnacionais e as suas cadeias de produção



no que concerne os Direitos Humanos, e que seja ambicioso e eficaz na proteção do Meio Ambiente, dos consumidores e dos animais;

- Democratizar o sistema bancário caminhando e criando as fundações para instituir o conceito de Positive Money, que substitua o paradigma de crescimento contínuo e de uma economia baseada em dívida perpétua;
- Criar dentro do Orçamento Comunitário um Orçamento Europeu Participativo que garanta o investimento nas áreas prioritárias para os europeus;
- Terminar com os paraísos fiscais dentro da UE e reforçar a fiscalização destes espaços fora da Europa quando transacionam com o Espaço Económico Europeu;
- Apostar em estudos e projetos piloto à escala europeia, no sentido de aferir o impacto, a recetividade e a viabilidade da aplicação de um Rendimento Básico Incondicional;
- Garantir que, para além do PIB, mais indicadores sejam usados dentro da Comissão e do Parlamento Europeu para aferir o desenvolvimento e o progresso societal, nomeadamente pelo uso do Índice de Progresso Genuíno.

Alterações Climáticas, Mobilidade e Transição Energética

As alterações climáticas representam o maior desafio sociopolítico, socioecológico e sociotecnológico do nosso século. Ainda é possível travar o aquecimento global e impedir um cenário com consequências desastrosas para a biodiversidade e para a vida no Planeta. Em 2015, com o Acordo de Paris, a UE reforçou o seu empenho em liderar a transição energética e impedir o agravamento das alterações climáticas, pondo em prática um plano de ação destinado a travar o aquecimento da temperatura média global acima dos 2°C e, se possível dos 1.5°C, até 2050.

Todos os Estados-Membros, incluindo Portugal, comprometeram-se com metas para a descarbonização e modernização das suas economias, com base em novas tecnologias de energia limpa e renovável e novas tecnologias inteligentes. No caso português, o Roteiro para Neutralidade Carbónica estabelece metas para atingir a neutralidade carbónica da economia Portuguesa até 2050. Contudo, face ao último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, solicitado na sequência do Acordo de Paris, sabemos hoje que a diferença entre um aquecimento de 1.5°C e 2°C, é muito substancial e que com as atuais políticas não cumprimos nenhuma destas metas. A mensagem é contundente: o nosso crédito de carbono está a terminar.

Ainda é possível atingir a meta do 1.5°C, mas, para tal, serão necessárias políticas ambiciosas e uma grande transformação em todos os setores socioeconómicos e, em particular, no sistema energético, nos transportes, no uso do solo e na redução do consumo de produtos e derivados de animais. Será preciso a descarbonização dos transportes e do sistema energético, a desativação das centrais a carvão, implementar novas opções para a captura de carbono e promover a reflo-



restação. Tecnicamente é possível realizar esta transformação no Parlamento Europeu, mas é essencial haver a vontade e a coragem política. O PAN irá prosseguir estes objetivos de forma inclusiva, participativa e transparente. Para tal, propomos o seguinte conjunto de medidas:

- Acelerar a transição para um sistema energético com base nas energias 100% limpas e renováveis até 2050, com metas mais ambiciosas para 2030;
- Garantir um sistema energético mais inclusivo, assente na ação comunitária e centrado nos cidadãos e cidadãs, tal como de empresas, promovendo a democracia e a autonomia/independência energética;
- Criar o cargo de vice-presidente da Comissão Europeia para a Ação Climática e Recursos Naturais que seja responsável pela transição sustentável da Europa;
- Apostar em políticas para a reflorestação e recuperação de solos, em modo de produção biológica e promovendo a biodiversidade;
- Criar uma estratégia europeia para o combate à desertificação e à degradação dos solos;
- Incentivar a implementação de “barreiras verdes”, como forma de delimitação dos terrenos agrícolas, através de fundos que permitam a compensação pela redução da superfície agrícola utilizada, promovendo a criação de fatores naturais que potenciem a retenção de águas, captação de CO₂ e a manutenção de habitats naturais para a biodiversidade;
- Determinar 2030 como meta para o fim da produção e venda de veículos movidos a diesel na Europa;
- Continuar a promover a mobilidade ligeira nas semanas europeias de

mobilidade e garantir uma maior interligação dos vários campos científicos e teóricos na área, com a implementação de estratégias de mobilidade, sobretudo no que concerne à importância do ciclismo;

- Concretizar a aplicação da Estratégia Europeia para o Ciclismo;
- Reforçar a transferência modal, sobretudo urbana, do automóvel para modos mais ativos de transporte como os suaves, os ligeiros e os transportes públicos;
- Investir fundos comunitários na transformação ou construção de infraestruturas que garantam a mobilidade suave e ligeira e um aumento da percentagem gasta por cada Estados-Membros no sector dos transportes para a mobilidade em bicicleta;
- Facilitar a regulamentação de modo a simplificar o uso ou a compra de bicicletas;
- Estabelecer critérios de segurança que contribuam para a redução da sinistralidade rodoviária nomeadamente entre os utilizadores vulneráveis;
- Possibilitar nos Estados-Membros a redução ou a isenção da taxa de IVA para bicicletas, veículos elétricos e outras soluções para a mobilidade sustentável;
- Desenhar uma estratégia de mobilidade integrada de longa distância;
- Implementar novas tecnologias inteligentes nos sectores da energia e transporte, de forma inclusiva e participativa, com base em sistemas open source e salvaguardando o direito à privacidade dos cidadãos e cidadãs;
- Garantir, sobretudo para o sector da aviação e marítimo, a integração de



combustíveis sintéticos e neutros em CO₂ (e-fuels) de modo a reduzir rápida e efetivamente as emissões de gases com efeito de estufa durante a transição económica;

- Fomentar a implementação de tecnologias sustentáveis para a captura de carbono;
- Reavaliar os impactos da energia hídrica nos ecossistemas;
- Desinvestir em bens, empresas, serviços e capitais que estejam relacionados com os combustíveis fósseis, em particular em zonas de especial interesse ecológico;
- Reavaliar a estratégia e metas europeias, tal como os planos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, tendo em conta as emissões de CO₂ e de metano (CH₄) de barragens e outras hídricas, dos microplásticos presentes no oceano, dos incêndios que lavram a Europa, do degelo da permafrost e da agropecuária intensiva;
- Criar um imposto europeu para gases com efeito de estufa, que inclui: a indústria aeronáutica e náutica; imposto sobre o metano, direcionado à agropecuária intensiva; bem como um imposto sobre a produção a partir da queima de combustíveis fósseis;
- Apostar em políticas para a descarbonização do setor agrícola, com especial foco na indústria da agropecuária intensiva e na agricultura superintensiva;
- Garantir o descomissionamento progressivo e planeado de todas as centrais nucleares europeias, começando pelas ativas há mais de 40 anos;
- Apostar na investigação de novas formas de energia limpas e sustentáveis, nomeadamente através do uso de hidrogénio;

- Acompanhar e avaliar criticamente os desenvolvimento em torno do International Thermonuclear Experimental Reactor (ITER);
- Incentivar a transição da indústria do vestuário para modelos industriais sustentáveis e responsáveis, evitando assim os 1.2 mil milhões de toneladas de CO2 anuais emitidos por esta indústria;
- Cessar com os apoios à promoção de carne e laticínios que, nos últimos 3 anos, custaram 71.5 milhões de euros a todos os contribuintes europeus;
- Direcionar, faseada e gradualmente, os fundos alocados para o Programa Europeu de Leite Escolar para um novo Programa Europeu de Sumos Naturais, de produção biológica e sazonal;



Ambiente e Preservação da Biodiversidade

É inegável o impacto que a ação do Ser Humano tem sobre a biodiversidade em Portugal, na Europa e no Mundo. Assistimos a uma perda dramática da biodiversidade com profundas consequências para o mundo natural e para o bem-estar de todas e todos. As principais causas são as alterações nos habitats, resultantes dos sistemas intensivos de produção agrícola, da construção, da exploração das florestas, oceanos, rios, lagos e solos, da poluição e das alterações climáticas globais. Pese embora a UE tenha delineado estratégias para colmatar este declínio, ao não alterar o seu modo de produzir, distribuir e consumir produtos, bens e serviços, tal como a sua génese antropocêntrica de ação, os resultados desastrosos estão à vista.

Segundo a ONU desde 1970, o Planeta perdeu 60% dos mamíferos, aves, peixes e répteis e os seus responsáveis alertam que esta perda de biodiversidade é um "assassino silencioso". Concretamente, na UE a agropecuária é responsável pela ocupação de 71% das terras aráveis, o leva a mais pressão sobre os habitats terrestres e, consequentemente, polui ainda mais os marinhos. Tendo em consideração a urgência do tema e da aplicação de ações concretas, o PAN propõe-se a:

- Garantir o cumprimento da estratégia e expansão dos corredores ecológicos nacionais e internacionais, de modo a assegurar uma maior e mais segura mobilidade de espécies animais e favorecendo o intercâmbio genético de populações entre as diferentes áreas nucleares de conservação;
- Assegurar que os corredores ecológicos sejam zonas de não caça, que permitam o refúgio cinegético, de modo a garantir o crescimento e expansão de populações animais, tais como veados, lince, lobos, entre outros;

- Travar a intensificação das monoculturas agrícolas de modo a preservar a riqueza biológica dos solos, das culturas e dos ecossistemas;
- Desincentivar a importação e o consumo de produtos com elevada pegada quilométrica fomentando, inversamente, a produção local e regional;
- Incentivar o uso de embalamento biodegradável na agricultura, quer através da redução da carga fiscal, quer através de linhas de financiamento para uma agricultura mais ética e sustentável;
- Determinar o fim da criação, plantação, cultivo e venda de Organismos Geneticamente Modificados (OGM);
- Garantir a preservação e não comercialização, por patentes, de sementes livres, estabelecendo assim a propriedade coletiva das sementes tradicionais e reforçando a soberania alimentar dos povos;
- Apoiar programas de contenção e erradicação de espécies infestantes de modo a proteger a bio variedade autóctone;
- Minimizar os impactos da indústria de extração de minérios, reforçando a reutilização de resíduos decorrentes do sector numa economia circular;
- Expandir o quadro regulatório para travar a expansão da poluição luminosa;
- Criar zonas buffer e livres de poluição luminosa;
- Recusar o aligeirar dos requisitos na Diretiva Quadro da Água, Diretiva Aves e Diretiva Habitat;
- Reforçar a monitorização e a redução do impacto da poluição sonora através do melhoramento técnico de bens e serviços, nomeadamente



apostando na mobilidade elétrica individual e coletiva, tal como na melhoria do isolamento acústico dos edifícios;

- Implementar políticas para a proteção de polinizadores, promovendo a adoção de estratégias locais e municipais para garantir a resiliência e expansão destas colónias, nomeadamente das abelhas;
- Incentivar a reflorestação autóctone e sua correta ordenação territorial;
- Terminar com o uso de microplásticos em cosméticos, produtos de limpeza e de higiene
- Terminar com o uso de óleo de palma em biocombustíveis nacionais e europeus;
- Travar a importação e o consumo de óleo de palma de países com produção intensiva e sem garantias ambientais;
- Terminar com a política de financiamento do Banco Europeu de Investimentos a projetos ambientalmente catastróficos como sistemas de regadios, grandes barragens, unidades de prospeção e extração petrolíferas, entre outros;
- Reforçar a proteção do Património Natural e incentivar a classificação de novas áreas protegidas.

O Mar e a Proteção da Biodiversidade Marinha

O mar é atualmente um fornecedor contínuo de recursos e um depósito de resíduos para o irracional modelo económico e cultural humano. Desrespeitando o seu papel no equilíbrio dinâmico ecológico, tal como a sua função como berçário de grande parte da vida no Planeta, os modelos políticos tradicionais, sob a capa da Economia e do Crescimento Azul, estão a levar à rutura este bem comum. Com o único objetivo de aditivar o PIB e o consumo desmesurado, tanto a Esquerda como a Direita têm sido promotoras da sua massificação extrativista, sobretudo quando falamos em pescas.

A rejeição por parte de governos, nomeadamente do português, de estudos científicos de entidades que assessoram a Comissão Europeia, como a International Council for the Exploration of the Sea, no que toca à urgência de travarmos as pescas de determinadas espécies, é apanágio desta cegueira ideológica. A possibilidade de exploração de minérios e de recursos petrolíferos ou gasíferos reforça esta esquizofrenia de destruição maciça dos nossos ecossistemas marinhos. Aqui, o crescimento e o PIB ainda falam mais alto que a preservação e proteção da biodiversidade marinha. De modo a quebrar com este paradigma e diminuir drasticamente o nosso impacto sobre estes recursos, propomos o seguinte conjunto de medidas:

- Terminar com a sobrepesca;
- Reforçar os meios de combate à pesca ilegal no Espaço Europeu, nomeadamente com o reforço dos meios da European Maritime Safety Agency;
- Melhorar a fiabilidade das informações fornecidas pelas embarcações ou frotas piscatórias, tal como aumentar o controlo das medidas de gestão das pescas;



- Otimizar a fiabilidade dos dados da pesca dentro do Espaço Europeu ou decorrentes dos acordos bilaterais da UE;
- Melhorar os mecanismos de vigilância e fiscalização no espaço marítimo europeu;
- Reduzir o impacto de resíduos nos rios e oceanos;
- Impossibilitar a mineração em águas profundas;
- Diminuir a produção de resíduos sólidos e líquidos que terminem nos rios e nos oceanos, nomeadamente industriais e agropecuários;
- Estudar e implementar medidas para reduzir o impacto sonoro da ação humana no meio aquático;
- Melhorar as inspeções e aumentar o quadro sancionatório perante incumprimentos das regras comunitárias;
- Expandir as áreas marinhas protegidas garantindo conectividade entre as populações de espécies marinhas europeias;
- Incentivar a criação de mais zonas protegidas, através de reservas marinhas;
- Promover a criação de santuários marinhos em baías ou quaisquer outras estruturas naturais que permitam o acolhimento de animais apreendidos ou que por qualquer razão não seja possível a sua devolução ao seu habitat natural;
- Restringir a realização de dragagens em zonas de especial relevo ecológico e presença da vida marinha, como os cetáceos, de que é exemplo o Sado e a zona da Arrábida, em Portugal.

Bem-Estar e Proteção Animal

A UE tem sido um dos blocos geopolíticos que mais tem avançado na proteção e na consagração dos Direitos dos Animais não humanos. Porém, e decorrente de visões antropocêntricas dos partidos tradicionais, vemos que tanto os animais de companhia mas sobretudo os de pecuária e os selvagens ainda são largamente desconsiderados e vistos como acessórios ou necessários ao “desenvolvimento” humano. Acresce a este problema o facto de a legislação da UE nas matérias relacionadas com o bem-estar e proteção animal se apresentar de forma bastante sectorial e dispersa, com particular enfoque nas relações comerciais, atirando para os Estados-Membros a sua urgente necessária regulamentação. Há que garantir a implementação de medidas vanguardistas e progressistas, algo que nesta matéria tem sido escasso no Parlamento Europeu.

Uma nova consciência social e cultural emerge e a Europa deve assumir o papel dianteiro num dos maiores movimentos sociais da atualidade. Esta nova política coloca a empatia e os novos valores sociais à frente do mercantilismo e da objetificação dos animais. Cabe à UE, e seus cidadãos e cidadãs, reforçar esta responsabilidade legal, social e cívica para com todos os restantes animais.

A UE não pode continuar a ignorar os apelos da sociedade civil e em particular das ONG's que reclamam pelo fim de atividades cruentas - como a tauromaquia, a presença de animais nos circos, o fim da comercialização de produtos testados em animais, entre tantos outros exemplos - ou que por razões culturais ou religiosas penhoram o bem-estar dos animais, sujeitando-os a longas horas de viagem, que põem em causa e de forma grosseira o seu direito ao bem-estar. Apesar do caminho já percorrido, muito há ainda a fazer em matéria de proteção saúde e bem estar-animal, pelo que em particular, propomos as



seguintes medidas:

- Terminar com o transporte de longa distância de animais vivos, em particular para fora da Europa;
- Criar e implementar uma nova Estratégia Europeia sobre o bem-estar dos animais;
- Promover uma aplicação mais eficaz das normas da UE e de boas práticas transversais a todos os Estados-Membros que harmonizem eventuais discrepâncias em matéria de bem-estar animal;
- Estabelecer um novo quadro da UE que aumente a transparência e a adequação da informação que chega até aos consumidores em matéria de bem-estar animal, garantindo decisões mais informadas e conscientes;
- Desenvolver a criação de requisitos comuns para a competência do pessoal que proceda ao manuseio, transporte, occisão ou quaisquer cuidados prestados aos animais;
- Criar a figura de Comissário/a Europeu para a Proteção, Saúde e Bem-estar Animal;
- Reforçar as competências e os meios afetos ao centro de referência da UE para o bem-estar animal;
- Criar um programa de incentivos ao desenvolvimento e aplicação de métodos alternativos à experimentação animal;
- Garantir o fim de testes em animais investindo em alternativas nomeadamente na medicina veterinária, na engenharia biomédica ou nas ciências farmacêuticas;

- Reforçar a dotação financeira prevista para o programa LIFE, para sustentar e inverter a perda de biodiversidade, em particular das espécies ameaçadas e em vias de extinção, incluindo elegibilidade para a criação dos chamados corredores-verdes para travessia de animais;
- Terminar com a importação ou comercialização de produtos que testem em animais;
- Aprofundar legislação e regulamentação que termine com a utilização de animais em espetáculos nomeadamente circos com animais, corridas com cães, tiro ao voo, touradas e quaisquer outros eventos taumáquicos, espetáculos aquáticos, entre outros que visem entretenimento cruel;
- Garantir a não utilização de aves de rapina, seja como método de controlo de outros animais, seja em contextos de promoção turística;
- Promover a utilização de meios éticos de controlo populacional de aves, nomeadamente pombos e gaivotas;
- Defender a limitação da abertura de novos zoológicos e promover a reconversão dos existentes em reservas naturais;
- Travar a morte deliberada de cetáceos na UE, nomeadamente na Dinamarca;
- Travar a realização de dragagens, em particular em zonas de especial relevância ecológica por constituírem habitats de populações de cetáceos, como é o caso do Sado;
- Estabelecer diretivas que determinem os Estados-Membros a instalar câmaras nos matadouros;
- Criar um sistema europeu de base de dados e/ou uniformizador de



bases de dados de chips identificativos de animais de companhia nos Estados-Membros;

- Suspensão da caça para espécies em vias de extinção, ou com estruturais problemas de manutenção da sua população, como por exemplo da rola-brava;
- Incentivar os Estados-Membros à realização de census da população animal e à atualização das espécies vulneráveis, ameaçadas ou em vias de extinção;
- Reforço da proteção de espécies em risco ou em vias de extinção, como o lobo e o lince ibérico;
- Garantir a correta aplicação da Diretiva Aves e da Diretiva Habitats nos Estados-Membros;
- Reforçar as dotações para a aplicação da Rede Natura 2000, que atualmente é menor que 1% do Orçamento Comunitário, e a criação de um fundo para a sua expansão;
- Determinar o fim da possibilidade de comércio e de entrada de troféus de caça selvagem, incluindo o marfim, dentro do Espaço Europeu;
- Combater o tráfico de marfim, de animais de companhia e de animais selvagens;
- Pressionar política, económica e diplomaticamente para o fim da caça comercial e para “fins científicos” de cetáceos em todos os países que a mantenham, nomeadamente o Japão
- Garantir as diligências necessárias para que se reforce o quadro contraordenacional relativo a todo o tipo de maus tratos a animais;

- Prever sanções para os Estados-Membros que violem a legislação europeia e as convenções ratificadas em matéria de bem-estar animal;
- Criar um programa europeu de educação para o tratamento digno e respeito pelos animais, que vise promover a literacia ambiental, através de um fundo para formar diversos profissionais das mais diferentes áreas para intervirem nos seus contextos de trabalho.



Europa e as Regiões Ultraperiféricas

Com um estatuto próprio reconhecido no Tratado de Amesterdão, as Regiões Ultraperiféricas (RUP) encontram-se em um contexto singular da União Europeia. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, geograficamente afastadas do continente europeu, são confrontadas por uma sucessão de complexidades, relacionadas tanto pela particularidade do afastamento da insularidade, bem como pelo clima sub-tropical e de topografia difícil, assim como pela dependência de produtos agrícolas, o que confere às regiões uma limitação premente tanto no seu potencial atual como no desenvolvimento futuro.

A UE, reconhecendo as dificuldades das RUP, apesar de aplicar a mesma legislação como todos os direitos e deveres associados, promoveu programas específicos como foi o caso do programa POSEIMA, em 1991, para as regiões insulares portuguesas.

Apesar das dificuldades elencadas, as potencialidades das RUP para a União são únicas, nomeadamente na área da investigação em sectores como a biodiversidade e ecossistemas marinhos, bem como no que toca às energias renováveis em espaços de pequena dimensão. Contudo, a UE necessita de medidas mais protecionistas para travar a delapidação dos recursos naturais únicos e sobejamente limitados das regiões ultraperiféricas em Portugal. O PAN apresenta as seguintes propostas:

- Garantir a produção energética nas ilhas com fontes 100% limpas e renováveis até 2025, com o aumento do valor do Fundo de Coesão para os Açores e para a Madeira, promovendo assim o investimento, o emprego, a descarbonização e a independência energética insulares;
- Dotar as ilhas de mecanismos e programas estruturais como o POSEI

para uma total autonomia alimentar, aumentando o investimento em hortícolas e frutícolas, aproveitando as potencialidades do clima sub-tropical das regiões;

- Interditar a pesca do Tubarão Azul na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores, já que esta alberga um dos berçários mais importantes desta espécie a nível mundial;
- Interditar contratos comerciais para a mineração do mar profundo nas ZEE dos Estados-Membros, usando como base o estudo do Projeto MIDAS, que afirma sobre os danos irreversíveis nos ecossistemas junto às fontes hidrotermais;
- Promover a gestão sustentável de recursos e a Economia Circular nos arquipélagos utilizando a experiência do novo grupo de trabalho, na comissão Juncker, para as ilhas Canárias, a fim de gerir e canalizar de forma mais eficiente os resíduos de territórios insulares.
- Criar com fundos europeus um Centro de Simulação Médica itinerante para programas de formação contínua dos profissionais de saúde e elementos da Proteção Civil, sobretudo, nas ilhas sem hospital, alargando as competências dos médicos de família na área da urgência/emergência, com recurso ao bi-learning e a sistemas de simulação médica. Estes centros recorrem a simuladores (manequins) anatómica e fisicamente realistas e funcionais para o treino de profissionais, anulando qualquer uso e ensaio em animais.
- Investir e desenvolver novas tecnologias para monitorização e controlo remoto de parâmetros medíveis dos principais factores de risco e causas de morbi-mortalidade, designadamente a doença cárdio-cérebro-vascular, alargando os âmbitos da telemedicina;
- Criar uma via verde do acidente cerebrovascular, através de protocolos terapêuticos, recurso à telemedicina e investimento em aparelhos de



TAC, preferencialmente, em todas as ilhas, de forma a proporcionar um tratamento adequado a todos os candidatos que cumpram os critérios de administração. Estes equipamentos podem em simultâneo ajudar a decidir evacuações no caso de doentes vítimas de trauma.

Política Externa Europeia

A UE tem vindo a sentir na última década várias pressões sobre as suas fronteiras decorrentes da instabilidade sociopolítica do seu espaço periférico. Estas pressões são demonstrativas da necessidade de se procurar uma política externa comum para com o seu espaço periférico. Entende-se por espaço periférico europeu todo o continente europeu extracomunitário e todo o território envolvente da bacia mediterrânica (Médio Oriente e Norte de África).

Através de uma breve análise sobre o espaço extra comunitário, percebe-se que a Europa sofre de relevantes fontes de conflito que podem, diretamente ou indiretamente, repercutir-se negativamente no domínio da segurança e da pressão sobre as fronteiras.

Fontes e potenciais riscos são o conflito russo-ucraniano; o espaço sírio-iraquiano como palco da “guerra fria” Irão-Arábia Saudita; o “eterno” conflito israelo-palestiniano; a instabilidade política na Líbia; a pobreza do Sahel; a erosão da aliança do Atlântico Norte e a política expansionista da China.

Estes focos de conflito têm dado origem a aumento da tensão militar no Europa Oriental e a fugas maciças de refugiados e migrantes para a Europa (crise dos refugiados), que sendo mal geridas, servem de combustível político para a ascensão de movimentos populistas e de extrema-direita. Porém, não é de desconsiderar o impacto negativo do protecionismo norte-americano, tal como a política económica e fiscal expansionista da China, com ambos os blocos a reforçarem os seus orçamentos militares. Estes são factores que condicionam em larga escala o mercado livre regulado e a liberdade democrática Europeia. Tendo em consideração este quadro geopolítico, o PAN propõe-se a trabalhar para:



- Aproximar política e diplomaticamente a UE da Federação Russa no contexto da resolução pacífica do conflito russo-ucraniano;
- Reforçar o esforço diplomático e político na promoção da paz e estabilidade política junto de dois países-chave no Médio Oriente, a Síria e o Iraque, fomentando assim mecanismos que promovam e reforcem a democracia e os Estados de Direito;
- Defender a política da coexistência pacífica dos dois Estados (Estado Israelita e Estado Palestiniiano) com base nas fronteiras de 1967 e no estatuto neutral de Jerusalém. Deve ainda pugnar-se para o reativar do roteiro da paz conseguido pelo acordo de Oslo;
- Garantir o fim da expansão israelita em território palestiniiano e o desmantelamento, com as devidas compensações económicas, ou transferência de colonatos ilegais, para a autoridade palestiniiana;
- Promover a estabilidade política, social e económicas na Líbia como garante do cumprimento dos Direitos Humanos no país e para o alívio da pressão que se faz sentir sobre a fronteira marítima mediterrânica da Europa;
- Reforçar no Sahel, juntamente com a ONU, a União de Estados Africanos e o G5 Sahel (grupo de países para o desenvolvimento composto pelo Chade, Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger), a promoção de políticas de segurança e desenvolvimento regionais;
- Travar as medidas protecionistas norte-americanas garantindo assim mais liberdade de comércio e menos entraves económicos ao mercado regulado de bens e serviços;
- Garantir a independência política, económica e geopolítica da UE relativamente ao expansionismo chinês nos mercados ocidentais, considerando a crescente influência chinesa na compra e/ou financiamento de

grandes empresas ou infraestruturas em Estados-Membros, nomeadamente em Portugal;

- Promover a soberania dos Estados e a justa autodeterminação dos povos, expressando uma forte condenação relativamente à repressão política, religiosa e cultural da China no Tibete ou sobre os/as tibetanos/as;
- Rejeitar e não promover regimes totalitários, autoritários e de partidos únicos sejam eles de Esquerda ou de Direita;
- Defender intransigentemente os Direitos Humanos tal como os direitos de propriedade ancestral de comunidades indígenas, nomeadamente dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).



Segurança Comum e Defesa do Espaço Europeu

Sendo o PAN um partido pacifista, que prioriza o diálogo, a diplomacia e a negociação política em detrimento das demonstrações de força e de agressão, consideramos que o “pacifismo assertivo” que codifica a rejeição da violência e da agressão será a chave para a Europa expandir a sua influência positiva geopolítica e garantir a cooperação mais efetiva e frutífera entre blocos e/ou nações.

A defesa da Europa deve assentar principalmente no multilateralismo, na ação conjunta e integrada de todos os atores interessados que convirjam no desejo de potenciar o desenvolvimento e aprofundamento sustentáveis e estabilizadores da União. Deve ser entendida como o conjunto das políticas, medidas e ações que tenham como desígnio proteger a União Europeia, todos os seus Estados-Membros e parceiros, assim como todas as instituições democráticas nas quais se sustenta o projeto contra as influências e os ataques, diretos ou indiretos, de forças, governamentais ou não-governamentais, que procurem subverter, desagregar ou de qualquer forma corromper a UE, os princípios sobre os quais ela se ergue e os elementos que a compõem. Para o PAN, esta estratégia deve:

- Cumprir escrupulosamente os compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros em matéria de migrações e ajuda humanitária;
- Estreitar a cooperação entre governos, ONGs e demais entidades que tenham como missão ou se predisponham a contribuir para os esforços humanitários;
- Constituir plataformas de comunicação, partilha, cooperação e diálogo diplomáticos ao mais alto nível entre a UE e os governos dos países de origem das vagas de migração, para que seja possível atuar a montante, ao invés de se tentar resolver o problema a jusante;

- Fortalecer as forças policiais e de segurança em matérias relacionadas com a análise preventiva de ameaças, com a identificação de traços e indicadores que permitam a deteção a priori de ataques e operações criminosas, independentemente de afiliações político-ideológico-religiosas e/ou de ligações governamentais;
- Robustecer as capacidades da Europol de modo a melhorar a rede dinâmica e sólida de partilha de conhecimento e de boas-práticas, com vista ao fortalecimento da segurança da Europa;
- Fomentar o fim da comercialização de material bélico para zonas e/ou países em conflito ou tensão geopolítica, direcionando esses investimentos e esforços para a promoção da paz, da cooperação e do comércio justo;
- Rejeitar a criação de um Exército Europeu;
- Investir e reforçar as áreas da diplomacia, da cooperação e do humanitarismo articulado em detrimento da sobremilitarização e gastos desmedidos em armamento.

SABE MAIS

www.pan.com.pt



DIA 26 DE MAIO, VOTA PAN

PARTIDO PESSOAS - ANIMAIS - NATUREZA

